

CONTEXTO DE CRISE E A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Diante de um cenário de crise, como o que o Brasil vivencia, os programas de ajuste macroestrutural são sempre apontados como panaceia para o enfrentamento das patologias econômicas. Nessa conjuntura, o que embasa o receituário do ajuste não é apenas a diminuição dos investimentos nos gastos públicos, mas, sobretudo, a mudança na direcionalidade das políticas sociais. No cenário brasileiro, a situação é ainda mais inquietante. O que está em curso é um processo de reforma do Estado, com propósitos claros de diminuição da responsabilidade estatal na garantia dos direitos sociais. Dessa conjuntura, resultam perversos efeitos para diversos segmentos. Aqui, iremos nos ater as implicações sobre a formação dos profissionais de saúde.

No debate sobre a formação em saúde, duas peculiaridades se entrelaçam. A primeira, diz respeito às especificidades do trabalho em saúde. Trata-se de um tipo de trabalho que não se adéqua à racionalidade dos processos de produção material. Isto porque, lida com gente, em seus desarranjos fisiológicos e com muitos outros aspectos de comportamento não padronizável. Lida com a subjetividade do ser humano, com seus valores, gostos, preferências, medos e carências. É um tipo de trabalho vivo e complexo, que só se materializa no ato do encontro entre profissional e usuário. Assim, os profissionais de saúde não podem ser meros operadores de tecnologias duras e os processos formativos não podem se desenvolver de acordo com a racionalidade econômica da eficiência.

A segunda peculiaridade diz respeito a necessária interface entre os sistemas de saúde e de educação. No Brasil, a formação dos profissionais de saúde é de responsabilidade Instituições de Ensino Superior (IES), vinculadas ao setor de educação. Por sua vez, a legislação sanitária estabelece que cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) ordenar a formação dos trabalhadores. Essa dupla atribuição, que poderia sugerir um possível choque de competências entre setores de governo, na verdade estabelece que a formação desenvolvida pelas IES não pode ser atomizada e descolada dos preceitos e desafios do sistema de saúde. Nesse sentido, é importante refletir que as instituições devem formar profissionais para o SUS, a partir do SUS e comprometidos com o desenvolvimento de uma atenção à saúde integral e resolutive.

Uma breve reflexão sobre os dois aspectos mencionados no início desse editorial, o financiamento e a direcionalidade das políticas, desvelam projeções nada animadoras. Os anunciados cortes orçamentários das áreas sociais, por motivos óbvios, trazem graves repercussões para os processos formativos. Na área de educação, o fato mais emblemático é o corte de até 45% dos recursos do Ministério da Educação para 2017. Por seu caráter multifacetado, o corte em outras áreas é igualmente penoso à formação dos profissionais da saúde. A diminuição dos investimentos do SUS, de maneira análoga impactará consideravelmente na formação dos futuros trabalhadores da saúde.

Para além das importantes questões do financiamento, um novo modelo de Estado também atua como determinante de um novo modelo de formação profissional. O que tem se configurado é o retorno do ideário do estado mínimo, com diminuição dos direitos instituídos e a delegação da prestação dos serviços para o mercado privado. Nesse bojo, merece destaque o processo de desmonte do SUS e o desejo de uma nova institucionalidade privatizante, com o próprio Ministro da Saúde atuando na defesa dos interesses da saúde suplementar e articulando a criação de planos de saúde populares, com assistência de qualidade e segurança duvidosas.

Em sentido contrário ao chamado neoliberal, de fazer mais com menos. Precisamos, mais do que nunca, fazer diferente. A formação dos profissionais de saúde implica, sobretudo, a formação de cidadãos críticos, comprometidos socialmente e dotados de habilidades comunicacionais e políticas para fazerem frente aos desafios do SUS. Assim, cabe aos professores, pesquisadores, dirigentes e gestores, estudantes, instâncias de controle social e demais segmentos da sociedade civil a reflexão sobre os desafios dos sistemas de saúde e o desenvolvimento de estratégias e ações para o desenvolvimento de um modelo amplo de formação.

Destarte, a Revista Saúde.com se filia no rol dos instrumentos de transformação da formação em saúde no Brasil. Em seus 11 anos de existência, o tema da educação sempre teve destaque em suas publicações, sejam nos artigos oriundos de pesquisas empíricas, sejam nos artigos de revisão e reflexão teórica-epistemológica sobre o tema. Nessa direção, evoca a comunidade acadêmica e científica a continuar a apresentar à revista produções que contribuam para as mudanças políticas, econômicas, culturais e pedagógicas da formação em saúde.

José Patrício Bispo Júnior
Gleide Magali Lemos Pinheiro
Lyra Cândida Calhau Rebouças